



## Relator da CPI que investigará JBS deve ser anunciado hoje

Nome para a relatoria da comissão do Congresso será escolhido entre três deputados. Colegiado também pode votar requerimentos para ouvir depoentes

A comissão parlamentar mista de inquérito instalada no Congresso para investigar as atividades da empresa JBS deve anunciar hoje o relator do colegiado. A escolha deverá ser feita entre três deputados: Carlos Marun, do PMDB; Hugo Leal, do PSB; e Fernando Franciscini, do SD.

O presidente da CPI da JBS, senador Ataídes Oliveira, disse que “os três nomes são espetaculares”, pois todos têm conhecimento do assunto e do Congresso. Ele lembrou, porém, que o

PMDB, que é o maior partido do Congresso, normalmente fica com a relatoria quando não tem a presidência da comissão.

A CPI pode votar hoje requerimentos para ouvir os irmãos Joesley e Wesley Batista, donos do grupo J&F e responsáveis pela delação premiada que envolve o presidente Michel Temer. O executivo da empresa Ricardo Saud e o ex-procurador Marcelo Miller também devem ser convocados. O ponto principal, disse Ataídes, é esclarecer a “superdelação diferenciada”. 3



Waldemir Barreto/Agência Senado

Presidente da CPI, Ataídes Oliveira afirma que o ponto principal do colegiado será esclarecer a “superdelação” premiada

## Lei trabalhista não vale na íntegra, dizem juízes

Em audiência pública da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, juízes, procuradores e advogados disseram que a lei originada da reforma trabalhista contém artigos inconstitucionais e que violam

convênções internacionais. Entre os pontos polêmicos, está a prevalência do negociado sobre o legislado, que contrariaria o artigo 7º da Constituição, na avaliação de participantes do debate. 8



Gerardo Magela/Agência Senado

Helder Amorim, procurador do Trabalho, Paulo Paim, vice-presidente da subcomissão, e Maximiliano Garcez, advogado

## Morre primeira mulher a ser secretária-geral da Mesa

Sarah Abrahão faleceu no domingo, aos 90 anos. Ela ocupou o cargo de secretária-geral da Mesa de 1972 a 1973 e de 1975 a 1980. Em 2005 foi homenageada pelo Senado com um voto de aplauso e, em 2016, lançou sua biografia. 2



Waldemir Barreto/Agência Senado — 14/6/2010

Sarah Abrahão dedicou quase 50 anos de sua vida ao Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

Waldemir Moka preside Subcomissão Especial sobre Doenças Raras

## Subcomissão sobre doenças raras define agenda de trabalho

O plano de trabalho da Subcomissão Especial sobre Doenças Raras será discutido hoje. O colegiado deve definir seu cronograma, com a finalidade de propor medidas pelos direitos das pessoas com doenças raras, crônicas e degenerativas. 2

Continuação do Fundeb é tema de ciclo de debates 8

Voto distrital deve ser analisado em comissão amanhã 7

Duas MPs sobre mineração serão debatidas hoje 6

Audiência discute relação entre BNDES e mercado 3

Leia na edição de hoje o encarte *Monitor Fiscal*

## Programa Identidade Jovem ainda é pouco procurado

De dezembro a julho, o Programa Identidade Jovem cadastrou apenas 230 mil de um universo estimado em 16 milhões de jovens de baixa renda. O programa concede benefícios



como passagem gratuita em ônibus interestadual e meia-entrada em eventos culturais e esportivos. Estatuto da Juventude foi aprovado no Senado e sancionado em 2013. 4 e 5



Bruno de Lima/Rock in Rio

ID Jovem dá direito a meia-entrada em eventos culturais, como o Rock In Rio

# Morre primeira secretária-geral da Mesa do Senado

Faleceu domingo, aos 90 anos, por complicações decorrentes de um edema pulmonar, a primeira mulher a ocupar o cargo, Sarah Abrahão. Ela será velada e cremada hoje, em Valparaíso (GO)

MORREU NA NOITE de domingo, aos 90 anos, a primeira mulher a se tornar secretária-geral da Mesa do Senado, Sarah Abrahão. Ela ocupou o cargo em duas ocasiões, de 1972 a 1973 e de 1975 a 1980.

Sarah havia sido internada na sexta-feira, por complicações decorrentes de um edema pulmonar. O velório será realizado hoje no Crematório Jardim Metropolitano, em Valparaíso (GO), das 9h às 12h.

O atual secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira de Mello, lamentou o falecimento.

— É sem dúvida uma perda irreparável. Dona Sarah foi uma das servidoras mais notáveis, que prestou um apoio indispensável à história do Parlamento e à história do Brasil. Ela começou a trabalhar ainda no último ano do Congresso no Rio de Janeiro, dedicou-se por quase 50 anos ao Senado e se tornou uma memória viva desse período de transição.

## Biografia

Mesmo depois de se aposentar, Sarah Abrahão trabalhou por algum tempo como voluntária na própria Secretaria-Geral da Mesa. A última vez em que ela esteve no Senado foi no lançamento de sua biografia, *Memórias do Senado*, em novembro de 2016.



Em 2016, Sarah Abrahão lançou sua biografia na Biblioteca do Senado

Vários políticos estiveram no lançamento, entre eles o então presidente do Senado, Renan Calheiros, e o ex-presidente José Sarney.

Renan disse que “há pessoas que o tempo marca e outras que marcam o tempo”, referindo-se ao trabalho da ex-secretária no Legislativo.

Sarney elogiou Sarah pelo seu “exemplo de dedicação ao serviço público” e chamou-a de “santa de altar”. Ele e a ex-secretária-geral da Mesa Claudia Lyra lembraram que Sarah era conhecida como “papisa do regimento”, por seu conhecimento profundo do Regimento Interno do Senado.

No evento do ano passado, Sarah disse que o livro “era uma homenagem ao Senado”, ao qual se referiu como sua segunda casa e onde teria se formado.

Complementou lembrando que, à época, “era a única mulher em meio a muitos homens”.

## Reconhecimento

Em 2010, quando presidia o Senado, José Sarney condecorou Sarah Abrahão com a Medalha Prêmio, pelos 50 anos de serviço público.

Ele contou que, em 15 de março de 1985, ao chegar ao Senado para tomar posse como presidente da República, em substituição a Tancredo Neves, em um momento de “especial emoção”, Sarah presenteou-o com a caneta usada para assinar o termo de posse.

A ex-servidora também foi homenageada pelo Senado, em 2005, no Dia Internacional da Mulher, com um voto de aplauso.

## Subcomissão sobre Doenças Raras discute plano de trabalho

A Subcomissão Especial Sobre Doenças Raras discutirá hoje seu plano de trabalho. O colegiado, presidido por Waldemir Moka (PMDB-MS) e criado na Comissão de Assuntos Sociais, deve propor medidas para promover e defender os direitos das pessoas com doenças raras.

Participam das discussões o desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região Antonio Souza Prudente; o defensor público-geral federal Carlos Eduardo Paz; a médica Terezinha Cardoso; o presidente da Casa Hunter, Antoine Daher; Maria Cecília Martiniano, da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves; Maria Clara Migowski, da Associação Carioca de Distrofia Muscular; Regina Próspero, do Instituto Vidas Raras; Gustavo San Martin, da Associação Amigos Múltiplos pela Esclerose; Maria José Fagundes, da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa; e representantes do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

## Graves e degenerativas

No Brasil, há cerca de 13 milhões de pessoas com doenças graves, crônicas e degenerativas. Segundo Moka, existem de 6 mil a 8 mil tipos de doenças nessa categoria, entre as quais a distrofia muscular progressiva e as doenças de Gaucher (distúrbio do metabolismo) e de Huntington (causa movimentos involuntários).

## Colegiado sabatina indicado para agência do petróleo

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sabatina hoje José Cesário Cecchi, indicado para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A reunião será às 9h.

Do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), o relatório da indicação (MSF 44/2017) foi lido em reunião no último dia 29, quando foi concedida vista coletiva da matéria aos membros da comissão.

Cecchi trabalha na ANP desde 1998, inicialmente como assessor especial de diretor e, atualmente, como superintendente de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural. Ele tem atuado também como professor adjunto no Departamento de Engenharia Mecânica da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro desde 2000.

Ele concluiu a graduação em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1981. Obteve, em 1986, o título de mestre em Engenharia Nuclear, também pela UFRJ, e, em 1997, o título de doutor em Engenharia de Produção igualmente pela UFRJ.

Cecchi atuou como coordenador geral da Rio Ciência 92, evento paralelo à ECO 92, reunindo a comunidade científica nacional e internacional.

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar dela

## Comissão analisa hoje novo status da Secretaria-Geral da Presidência

O relatório de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para a MP 782/2017 deve ser votado hoje na comissão mista que a analisa. A MP deu à Secretaria-Geral da Presidência da República o status de ministério, o que garante a Moreira Franco foro por prerrogativa de função. Moreira é investigado na Lava Jato, o que tem gerado críticas da oposição.

Em fevereiro, Michel Temer havia publicado outra

MP sobre o mesmo assunto (MP 768/2017). A medida, no entanto, perdeu o prazo de validade por não ter sido votada no Plenário da Câmara.

A MP altera em vários pontos a estrutura do governo. Flexa informou que foram apresentadas 73 emendas, das quais acatou 5. A comissão tem o deputado Laerte Bessa (PR-DF) como presidente e o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) como vice.

## Relatório de MP sobre outorga de aeroporto está pronto para votação

A comissão mista que analisa a MP 779/2017, que define critérios para aditivos contratuais das outorgas nas parcerias do setor aeroportuário, reúne-se hoje para avaliar relatório do deputado Mário Negromonte (PP-BA).

A medida abre prazo de um ano para que operadoras de aeroportos privatizados peçam a reprogramação do pagamento das outorgas. A comissão é presidida pelo senador José Maranhão (PMDB-PB).

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDR Fundo para educação**  
9h Comissão debate a importância do Fundeb para o desenvolvimento regional com o ex-ministro da Educação Fernando Haddad e representantes do MEC.
- CE Metas do PNE**  
9h Audiência interativa para avaliar os indicadores referentes às metas do Plano Nacional de Educação — PNE.
- CI Diretor da ANP**  
9h Sabatina de José Cesário Cecchi, indicado para diretor da Agência Nacional do Petróleo.
- CAE Recursos do pré-sal**  
10h Entre os 16 itens da pauta, projeto que amplia recursos do pré-sal para educação básica.
- CÓDIGO DA AERONÁUTICA Votação**  
10h30 A comissão que avalia o projeto que institui o novo Código da Aeronáutica vota o texto.
- CRA Frigoríficos**  
11h Audiência interativa para debater descentralização de empreendimentos no setor frigorífico de carne, com a participação do Ministério da Agricultura e do BNDES.
- CMA Pragas urbanas**  
11h30 A pauta de 8 itens inclui o projeto que regulamenta sistema de controle de pragas urbanas.
- PLENÁRIO Simples Municipal**  
14h Plenário pode votar projeto que cria o Simples Municipal.

- CPMI DA JBS Relator**  
14h30 A CPI mista que vai investigar as atividades do grupo JBS escolhe o relator e analisa requerimentos.
- MP 779/2017 Aeroportos**  
14h30 A comissão da MP, que flexibiliza pagamento de outorgas de aeroportos, analisa o relatório.
- MP 782/2017 Órgãos da Presidência**  
14h30 Votação do relatório da medida provisória, que organiza órgãos da Presidência e ministérios.
- MP 789/2017 Royalties**  
14h30 A comissão mista que analisa a MP, sobre royalties da mineração, decide o plano de trabalho.
- MP 793/2017 Crédito rural**  
14h30 A comissão mista responsável por analisar a medida provisória, sobre renegociação do Funrural, faz audiência interativa.
- CPI BNDES CVM**  
15h Audiência interativa para ouvir Fernando Soares Vieira, dirigente da Comissão de Valores Mobiliários.
- MPS 790 E 791/2017 Mineração**  
16h As comissões que analisam as MPs, sobre novas regras para mineração, fazem audiência conjunta e interativa com a participação de representantes dos Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente e dos governos de Minas Gerais e do Pará.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>  
 • **Alô Senado:** 0800 612211  
 • **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
 • **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
 • **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

# CPI da JBS anuncia relator e vota pedidos para convocar depoentes

Três deputados federais disputam a relatoria da comissão parlamentar mista de inquérito que vai investigar as atividades do grupo

SERÁ ANUNCIADO HOJE o nome do novo relator da comissão parlamentar mista de inquérito criada para investigar as atividades do grupo JBS. O nome deve ser anunciado hoje em reunião da CPI, às 14h30. A escolha deve ser feita entre três deputados: Carlos Marun (PMDB-MS), Hugo Leal (PSB-RJ) e Fernando Francischini (SD-PR).

— São três nomes espetaculares, três parlamentares de muito conhecimento sobre o Congresso e sobre o assunto — disse o presidente da comissão, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

Questionado sobre a independência dos três deputados, Ataídes disse acreditar que Francischini tem essa característica, mas lembrou que o PMDB, como maior partido do Congresso, normalmente fica com a relatoria quando não tem a presidência da comissão.

Sobre Marun, apontado como defensor do presidente Michel Temer, o senador disse que não pretende brigar com o PMDB.

— O PMDB é o maior partido no Congresso e essa relatoria,



O vice-presidente da CPI, Ronaldo Caiado, e o presidente, Ataídes Oliveira, na reunião de instalação do colegiado

como é costumeiro, ficaria com o PMDB. Estamos conversando para ver se chegamos a um acordo, mas não vou comprar encrenca com o partido.

## Irmãos Batista

Ataídes informou já ter feito requerimentos para que sejam ouvidos os irmãos Joesley e Wesley Batista, donos da empresa J&F e responsáveis pela delação premiada que envolveu Temer. Esses requerimentos podem ser votados na reunião de hoje.

Também há a intenção de pedir o depoimento de Ricardo Saud, executivo do grupo dos irmãos Batista. Além deles, o senador pretende ouvir o ex-procurador Marcelo Miller, suspeito de ter cometido crimes de organização criminosa, obstrução das investigações e exploração de prestígio, orientando os Batistas.

Ataídes também quer ouvir ex-presidentes do BNDES.

— O ponto principal, evidentemente, é o esclarecimento dessa “superdelação dife-

renciada”. Imagino que os 16 senadores e 16 deputados da comissão terão inúmeras perguntas a fazer a eles — disse.

Sobre o encontro com Temer, no domingo, o senador informou que o assunto não foi a CPI, mas sim a duplicação da BR-153 no Tocantins. Para ele, não há problema no encontro, já que sua função, como parlamentar, é trabalhar pelo Brasil e pelo seu estado.

A CPI tem como vice-presidente o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO).

## Superintendente da CVM fala hoje sobre BNDES

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ouve hoje, em audiência pública interativa, o superintendente de relações com empresas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fernando Soares Vieira.

Presidida pelo senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), a CPI do BNDES foi criada para investigar empréstimos concedidos pelo banco desde 1997, no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais.

A comissão já realizou audiências públicas para ouvir representantes do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público, além de diretores do próprio BNDES.

A CPI foi instalada em 2 de agosto e o prazo final dos trabalhos é 8 de fevereiro de 2018.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

## Endividamento federal chegará a 93,3% do PIB em 2024, estima Instituição Fiscal

O endividamento bruto do governo federal deverá continuar crescendo até 2024, quando atingirá 93,3% do produto interno bruto (PIB), indicador de geração de riquezas do país. Só a partir de 2025, o endividamento entrará em um período de estabilização e queda gradual, chegando a 85,5% do PIB em 2030.

Esse prognóstico é pior do que o apresentado pela Instituição Fiscal Independente (IFI) em junho, no *Relatório de Acompanhamento Fiscal*, quando a projeção situava um pico de endividamento menor, de 92,4% do PIB, e em 2023. Ou seja, a trajetória da dívida bruta brasileira começaria a cair antes do que a IFI projeta agora, no seu relatório de setembro.

Mas, segundo a IFI, criada em 2016 pelo Senado para ajudar a dar transparência às contas públicas, esses resultados dependem fortemente de déficits primários cada vez menores e da capacidade de o governo produzir superávits a partir de 2024 — isto é, conseguir ajustar suas contas ao longo desses anos para obter saldos positivos no balanço entre receitas fiscais e despesas. De acordo com o relatório da IFI, esse quadro só ocorrerá mediante alterações nos gastos obrigatórios do go-

verno, como as despesas com Previdência, pessoal, educação e saúde.

## Insolvência

O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, alerta que a manutenção do compromisso com o ajuste fiscal nos próximos anos será essencial para evitar a insolvência da dívida pública.

Salto avalia que o quadro fiscal e econômico continua preocupante, pela complexidade dos desafios que se colocam à gestão da política macroeconômica. Segundo ele, a fixação do teto de gastos, por meio da Emenda Constitucional 95, de 2016, foi um passo importante, que ajuda a explicitar à sociedade as restrições orçamentárias.

Um dos fatores de piora no desempenho dos resultados fiscais é a manutenção da queda da arrecadação federal. Com base nos dados de julho, o relatório registra um acentuado recuo das receitas primárias da União: -2% e -5,5% (descontada a inflação), para as receitas bruta e líquida, respectivamente, comparadas com igual período do ano anterior. Para o acumulado no ano, a queda é de 1,3% e 3,1%, respectivamente.

De acordo com o relatório da

IFI, a dinâmica da arrecadação segue em “terreno negativo” e apresentando “sinais mistos” em seus componentes: desfavorável para as tributações sobre faturamento e lucratividade, e positivo para os tributos incidentes sobre folha e produção.

Apesar da redução do volume das desonerações tributárias, o impacto dessa política ainda tem sido significativo. Segundo a IFI, a renúncia de tributos atingiu R\$ 49,2 bilhões até julho. No ano, conforme dados da Receita Federal, a perda de arrecadação por causa dessa política deve chegar a R\$ 84 bilhões. No ano passado, foram R\$ 90 bilhões.

Embora o quadro fiscal seja delicado, o relatório da IFI aponta que a variação do PIB no segundo trimestre de 2017 registrou alta de 0,2% em relação ao primeiro trimestre de 2016 e de 0,3% em relação ao segundo trimestre. Esse indicador não registrava variação positiva na comparação interanual desde o primeiro trimestre de 2014. Foi interrompida, então, uma sequência negativa de 12 trimestres, segundo a IFI.

## Consumo

Esse sinal de recuperação da economia se deve à reativação do consumo das famílias, conforme a IFI. A liberação de recursos das contas inativas do

FGTS produziu resultados. No entanto, o relatório registra que os investimentos ainda não esboçaram reação, o que se deve ao contexto de redução das investimentos públicos e grande ociosidade da capacidade produtiva do país.

## Meta fiscal

A revisão da meta fiscal de 2017 e 2018 para um déficit de R\$ 159 bilhões, aprovada pelo Congresso há duas semanas, ficou mais próxima das projeções feitas pelos economistas da IFI. No entanto, eles alertam que será preciso aprovar a tempo medidas que elevem as receitas em R\$ 14,5 bilhões. Caso contrário, o ajuste terá de ser feito por meio do contingenciamento.

Para a IFI, os resultados primários do setor público estão estáveis, com a interrupção da tendência de deterioração dos anos anteriores. “Tal fato, combinado com juros nominais cadentes, resulta na lenta redução dos déficits nominais, que permanecem elevados e pressionando o endividamento.” O gasto social representa 75% do Orçamento federal, excluído o serviço da dívida. As renúncias tributárias da área somaram R\$ 102,4 bilhões em 2016, 26% do gasto orçamentário.



Salto, diretor-executivo da IFI: endividamento público só cai após 2025

# Programa Identidade Jovem enfrenta baixa adesão e resistência dos empresários

Lançado em dezembro de 2016, programa que dá desconto em passagens de ônibus interestadual e meia-entrada em eventos esportivos e culturais para jovens de baixa renda tem apenas 230 mil inscritos

Thais Böhm

O GOVERNO FEDERAL quer aumentar o número de adesões ao Programa Identidade Jovem, política pública destinada a cidadãos de 15 a 29 anos, estudantes ou não, pertencentes a famílias com renda mensal de até dois salários mínimos. Lançado em dezembro de 2016, o programa foi o primeiro que se seguiu à vigência do Estatuto da Juventude (Lei 12.852), aprovado no Senado em 2013 e sancionado no mesmo ano.

Por isso, desde março, uma caravana da Secretaria Nacional de Juventude tem percorrido todos os estados com o objetivo de levar informações sobre o documento ID Jovem, que dá direito a passagens de ônibus, trens e embarcações interestaduais gratuitas ou com 50% de desconto, meia-entrada em cinemas, teatros, shows e eventos esportivos, e isenção da taxa de inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

De acordo com o secretário Nacional de Juventude, Francisco de Assis Costa Filho, 16



Programa garante meia-entrada em cinemas, teatros, shows e eventos esportivos

milhões de jovens se enquadram no perfil do programa. No entanto, apenas 230 mil haviam feito a inscrição até julho.

O programa é recente e tem um público grande para ser atendido. Nosso objetivo é disseminar informações sobre o ID Jovem e aumentar o número de beneficiados. É um número que está em crescimento — analisa.

## Dificuldades

A assistente social Natália Cristina de Lima, de 22 anos, de Brasília, foi pioneira na utilização da ID Jovem. Recém-formada, ela conta ser usuária assídua dos benefícios, principalmente das passagens gratuitas, que utiliza para prestar concurso em outros estados.

— Se eu fosse pagar passagens para realizar as provas, não teria como ir. A ID Jovem me dá segurança. Eu posso contar com isso, o que facilita muito meus planos. Com a ID Jovem, não fico limitada a minha condição

social — afirma Natália.

O cumprimento desses direitos, no entanto, ainda precisa ser cobrado, lamenta a assistente social, que relata casos de resistência por parte das empresas.

— Um amigo tentou obter uma passagem gratuita e a empresa negou. Denunciamos na Agência Nacional de Transportes Terrestres [ANTT] e a empresa foi notificada. Hoje, nas rodovias grandes, a lei já está sendo cumprida. O problema acontece ainda nas rodovias do interior — reclama.

Segundo o Estatuto da Juventude, no sistema de transporte coletivo interestadual, as empresas são obrigadas a disponibilizar duas vagas gratuitas por veículo e duas vagas com desconto de no mínimo 50% no valor das passagens. Segundo a ANTT, desde o lançamento do programa até o final do mês passado, foram registradas cerca de 950 reclamações relacionadas a esse direito. Caso o descumprimento da lei seja comprovado pela agência, as empresas podem ser multadas entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil.

O secretário explica que, em caso de negação dos benefícios, é recomendado que o jovem solicite o motivo da recusa por escrito, com data, hora e local, uma vez que as empresas precisam comprovar que realmente atenderam os espaços reservados pelo estatuto.

Se, mesmo assim, o solicitante desconfiar da conduta da empresa, deve denunciar o ocorrido



Passageiros na Rodoviária Interestadual de Brasília: empresas são obrigadas a disponibilizar para quem tem ID Jovem duas vagas gratuitas por ônibus e duas vagas com desconto de no mínimo 50% no valor da passagem

à ANTT ou à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), dependendo do caso. Em eventos culturais, se houver recusa na emissão de ingresso com 50% de desconto, a reclamação deve ser feita ao Procon.

## Quem paga a conta

A Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati) ajuizou no Supremo Tribunal Federal em fevereiro uma ação de inconstitucionalidade contra o artigo 32 do Estatuto da Juventude, exatamente o que assegura a jovens de baixa renda vagas gratuitas ou com desconto nos ônibus interestaduais, alegando a falta de subsídio para compensação dos valores das passagens. Para a Abrati, “o cumprimento do benefício, desacompanhado de mecanismo de ressarcimento ao prestador privado do serviço, faz com que os custos da

gratuidade sejam repartidos pelos demais usuários, impulsionando a revisão tarifária, o que, consequentemente, frustra o acesso aos serviços daqueles não alcançados pela gratuidade”.

A tese apresentada pela associação é contestada pela Advocacia-Geral da União, explica o secretário nacional de Juventude:

— A Abrati alega desequilíbrio de contratos. Isso para nós é uma tese jurídica refutável porque o transporte é de origem pública, ou seja, as empresas receberam uma concessão para executar um serviço público. Não dá para a gente falar apenas em lucratividade em um serviço prestado por meio de concessão. A responsabilidade social do país precisa ser de todos.

A polêmica em torno da responsabilidade sobre o custeio dos direitos que o estatuto prevê é histórica, conforme explica o

consultor legislativo do Senado Eurico Antônio Gonzalez. Os brasileiros compreendem a necessidade de reformar costumes a partir de uma legislação mais esclarecida, mais incluyente, que aumente o poder social e econômico do país, mas se recusam a pagar a conta.

— Direitos têm custos. Nós vivemos em uma época social democrata, na qual há a crença, a meu juízo correta, de que existem dívidas sociais, de que não vivemos em uma sociedade igualitária e de que deveríamos nos envergonhar disso. Ainda assim, não existe um consenso de que os recursos públicos, e mesmo os sacrifícios que se pegam das empresas privadas, devam ser voltados para a realização desses grandes ideais políticos de igualdade e de reconhecimento — observa Gonzalez.

O cadastro no programa é feito por meio do site da Caixa ou pelo

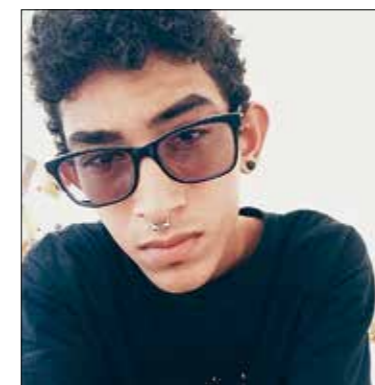
aplicativo ID Jovem, disponível para smartphones nos sistemas Android e iOS. Para se inscrever, é preciso ter em mãos o Número de Identificação Social (NIS) e o nome da mãe.

Rene Barbosa, de 19 anos, do Ceará, mesmo informando todos os dados exigidos, não conseguiu realizar o cadastro no aplicativo. O NIS não foi reconhecido.

— Faz dois meses que eu tento me inscrever e, quando eu vou concluir, a página mostra “cadastro não identificado”, como se meu NIS estivesse errado — conta o jovem.

O problema de Barbosa, muito provavelmente, está relacionado à atualização do NIS, explica o secretário Nacional de Juventude.

— O NIS é o CPF social. Por isso, precisa ser atualizado a cada 24 meses. O governo quer saber quem realmente se encontra em situação de vulnerabilidade



Rene Barbosa diz que não consegue fazer o cadastro pelo aplicativo

de social. Tem gente que há dois anos se encontrava nessa situação e hoje não está mais. Nesses casos, é recomendado que o jovem procure o Centro de Referência de Assistência Social mais próximo — explica Costa Filho.



Jovens aguardam em fila para comprar ingressos para o Rock in Rio 2011: eventos culturais com 50% de desconto para jovens

### Programa Identidade Jovem

A expectativa da Secretaria Nacional de Juventude é atender os 16 milhões de jovens que se enquadram nos requisitos do programa

**ID Jovem**  
Lançado em dezembro de 2016

**230.991**  
IDs emitidas até julho de 2017

O programa quer atingir **16 milhões** de jovens de baixa renda

**Benefícios**  
Isenção da taxa de inscrição do Enem

**Meia-entrada**  
Desconto de **50% no preço do ingresso** cobrado para o público geral em eventos artísticos-culturais, esportivos, de lazer e de entretenimento (limitado a 40% do total de ingressos disponíveis para a comercialização)

**Passagens interestaduais**  
Reserva de **2 vagas gratuitas e 2 vagas com desconto de no mínimo 50%** (a serem utilizadas caso as vagas gratuitas se esgotem) nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual.

### Pré-requisitos

O que é necessário para ter acesso aos benefícios do programa

- Idade**  
Ter entre **15 e 29 anos**  
Não precisa ser estudante **15 a 29 anos**
- Renda familiar**  
Até dois salários mínimos
- Inscrição no Cadastro Único do Governo Federal**  
O jovem deve estar inscrito. Para incluir ou atualizar seus dados, procure o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) ou o setor responsável pelo Cadastro Único da sua cidade
- Cadastro atualizado**  
A validade é de 24 meses
- Ter em mãos o Número de Identificação Social**

### Canais de reclamação

O que fazer caso os direitos sejam negados

O jovem precisa:

- Solicitar o motivo da recusa por escrito, com data, hora e local
- Fazer uma denúncia nos órgãos adequados

**Para recusa de emissão de ingresso com 50% de desconto**  
Procurar o Procon da cidade

**Para recusa de benefício de gratuidade ou desconto em passagens interestaduais**

**Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)**  
☎ Telefone: 166  
✉ e-mail: ouvidoria@antt.gov.br

**Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)**  
☎ Telefone: (61) 2029-6500  
✉ e-mail: ouvidoria@antaq.gov.br

**Saiba mais**

**Estatuto da Juventude**  
<http://bit.ly/est-juventude>

**Lei da Meia-Entrada**  
<http://bit.ly/desc-entrada>

**Veja programa da TV Senado**  
<http://bit.ly/ent-SecJuventude>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)



Apesar de ter enfrentado resistências, Natália de Lima elogia o programa



Secretário de Juventude, Costa Filho cobra responsabilidade social de empresas



Randolfe Rodrigues foi relator da proposta, que ganhou apoio de Lúcia Vânia

## Após 10 anos em análise, Estatuto da Juventude foi aprovado em 2013

O Estatuto da Juventude foi aprovado em 2013, em resposta às manifestações populares da mesma época, após dez anos tramitando no Congresso Nacional. O texto legal assegura à população de 15 a 29 anos acesso à educação, à profissionalização, ao trabalho e à renda, além de determinar a obrigatoriedade de o Estado manter programas de expansão do ensino superior, com oferta de bolsas estudos em instituições privadas e financiamento estudantil.

Na ocasião, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e no Congresso Nacional. O texto legal assegura à população de 15 a 29 anos acesso à educação, à profissionalização, ao trabalho e à renda, além de determinar a obrigatoriedade de o Estado manter programas de expansão do ensino superior, com oferta de bolsas estudos em instituições privadas e financiamento estudantil.

A meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos é um direito exclusivo de estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes, conforme prevê a Lei 12.933, de 2013. Por isso, todo evento precisa destinar a esse público 40% do total de ingressos.

Para driblar essa exigência, os produtores culturais têm duplicado o preço do ingresso e oferecido a meia-entrada para todos como “promoção”. Para

se contrapor a essa estratégia, o presidente Michel Temer deve assinar até o fim do ano um novo decreto com regras adicionais, segundo Costa Filho:

— Se houver promoção de meia-entrada para todos, o estudante ou o jovem com a ID Jovem pagará metade daquela promoção que o empresário está ofertando. A meia-entrada é uma política pública que está na legislação e foi regulamentada. Não existe política pública para todo mundo.

# Novas regras para mineração serão debatidas

Comissões mistas de duas MPs sobre o tema realizam hoje audiência conjunta com participação dos governos de Minas Gerais e do Pará

AS COMISSÕES MISTAS que analisam duas medidas provisórias com novas regras para mineração no Brasil farão uma audiência pública conjunta hoje, às 16h. As MPs 790/2017 e 791/2017 reformulam o marco legal e criam uma agência reguladora para o setor, respectivamente.

A audiência será a primeira realizada pelas comissões mistas. Serão ouvidos representantes dos governos de Minas Gerais e do Pará e também dos Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente.

A MP 790 altera o Código de Mineração e a lei de exploração mineral em diversos pontos. A maioria deles é referente às normas para a pesquisa no setor, que é a execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, à sua avaliação e à determinação do seu aproveitamento econômico. A medida disciplina as obrigações, as concessões de trechos, as multas e outras sanções, as desonerações e as regras para o relatório final da pesquisa.

A MP 791 cria a Agência Nacional de Mineração (ANM),



Mineração no Morro do Ouro, em Paracatu (MG): atividade pode ter novo marco legal e uma agência reguladora, propostas em análise no Congresso

José Cruz/Agência Brasil

uma autarquia especial, para substituir o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão do Ministério de Minas e Energia. Ela terá como função implementar as políticas nacionais para as atividades de mineração e estabelecer normas e padrões para o aproveitamento dos recursos minerais, observadas as políticas de planejamento setorial do ministério.

A audiência será interativa. Os cidadãos interessados em participar poderão enviar perguntas e sugestões pelos canais de participação do Senado.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

## Comissão da MP sobre royalties define plano de trabalho

A comissão mista que vai analisar a MP 789/2017, que trata da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) reúne-se hoje, às 14h30, para votar o plano de trabalho a ser proposto pelo relator, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG).

Pela MP, as alíquotas da Cfem, que é o royalty cobrado das empresas que atuam neste setor, terão variação entre 0,2% e 4%. O ferro terá alíquota entre 2% e 4%, dependendo do preço na cotação internacional.

Já os minérios restantes

terão as seguintes alíquotas: 0,2% para aqueles extraídos sob regime de lavra garimpeira; 1,5% para rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais para uso imediato na construção civil; 2% para aqueles cuja alíquota será definida com base na cotação internacional do produto; e 3% para bauxita, manganês, diamante, nióbio, potássio e sal-gema.

A MP também determina que as alíquotas deverão incidir sobre a receita bruta, e não mais sobre a receita líquida, como é hoje. No caso de venda, a Cfem incidirá na

receita bruta, deduzidos os tributos incidentes sobre a comercialização. Já no caso de consumo, incidirá sobre a receita calculada, considerado o preço corrente do minério, de seu similar no mercado ou o preço de referência definido pela Agência Nacional de Mineração.

Nas exportações para países com tributação favorecida, a Cfem recairá sobre a receita calculada. Em leilões públicos, será sobre o valor arrematado e no caso de extração sob regime de permissão de lavra garimpeira, sobre o valor da primeira aquisição do minério.

## Renegociação do Funrural é tema de audiências

A medida provisória que permite a renegociação das dívidas dos produtores rurais com o Funrural e reduz a alíquota da contribuição a partir de 2018 será tema de duas audiências públicas nesta semana.

A primeira está marcada para hoje, às 14h30, e a segunda ocorrerá amanhã, às 9h30. Os eventos serão promovidos pela comissão mista responsável pela análise da MP 793/2017.

O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) é a contribuição paga à Previdência Social pelos produtores rurais pessoa física que empregam trabalhadores. A alíquota incide sobre a receita bruta decorrente da comercialização.

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a contribuição inconstitucional. Em março, em novo julgamento, o STF mudou o entendimento e autorizou a cobrança — decisão que tem repercussão geral.

Entre os dois julgamentos, milhares de produtores rurais ganharam liminares na Justiça contra o tributo, o que gerou um passivo, boa parte depositado em contas judiciais. Desde a decisão do Supremo, a Frente Parlamentar da Agricultura (que reúne deputados e senadores) e integrantes do setor rural vinham negociando com o governo uma saída para o passivo existente.

Para a audiência de hoje, foram chamados representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Associação Brasileira dos Exportadores de Carne, da Associação Brasileira de Frigoríficos e da Associação Nacional de Defesa dos Agricultores, Pecuáristas e Produtores da Terra, entre outras entidades.

Representantes da Receita Federal, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura estão entre os convidados de amanhã.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

## Projeto incentiva a dessalinização da água para consumo humano

Está na pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente (CMA) projeto que incentiva a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas para o consumo humano no semiárido e nas bacias hidrográficas com poucos recursos hídricos. A reunião está marcada para as 11h30. O PLS 259/2015 receberá decisão terminativa, ou seja: se aprovado, segue para a Câmara, a menos que haja recurso para que seja analisado pelo Plenário.

A dessalinização é o processo de remoção dos sais dissolvidos na água do mar ou nas águas salobras subterrâneas, produ-

zindo água doce, que pode ser utilizada para consumo humano ou aplicações industriais.

O projeto, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), estabelece o incentivo como diretriz e objetivo da Política Federal de Saneamento. A proposta também determina que a União deve priorizar localidades com escassez de água, na hora de decidir sobre a alocação de recursos para incentivar a adoção de tecnologias de dessalinização da água.

Para o relator na CMA, João Capiberibe (PSB-AP), a proposta enriquece a Lei de Saneamento Básico.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burle  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Voto distrital e demissão de servidor na pauta

Comissão de Constituição e Justiça pode votar amanhã quatro propostas que alteram o sistema eleitoral. Uma delas propõe o parlamentarismo

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) pode votar amanhã propostas que alteram os sistemas eleitoral e de governo no país. Também está na pauta projeto que trata da demissão de servidor público estável por insuficiência de desempenho.

Um dos textos em análise prevê que o voto distrital será aplicado às eleições para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa do DF, as assembleias legislativas e as câmaras municipais.

Pelo PLS 86/2017, de José Serra (PSDB-SP), o país seria dividido em distritos eleitorais, onde o eleitor votará duas vezes: uma para eleger um representante do distrito e outra para o partido de preferência. Como representante distrital, será eleito o candidato que tiver obtido a maioria relativa dos votos válidos. Outra parte das vagas será preenchida conforme o desempenho de cada partido.

Para Serra, o atual modelo eleitoral é baseado em imensos distritos — os estados — em que os candidatos disputam votos nas mais diferentes regiões, o que faz com que seja fraca a identificação dos eleitores com seus representantes.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), defende a apro-



CCJ, presidida por Edison Lobão (D), também deve analisar proposta para resolver a superlotação de presídios

vação do projeto com cinco emendas, uma delas para eliminar a figura do suplente para os candidatos que disputam eleições para cada Casa legislativa. Outra estabelece que o voto distrital misto nas eleições para vereador será restrito aos municípios com mais de 200 mil eleitores.

O projeto terá votação terminativa na CCJ, podendo seguir diretamente para a Câmara, a menos que haja recurso para que vá ao Plenário do Senado.

## Emendas

Outro texto também institui o sistema eleitoral misto, mas por meio de proposta de emenda à Constituição: a PEC 61/2007, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Tramitam em conjunto duas outras PECs, uma delas a 90/2011, do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que estabelece sistema apenas

majoritário nas eleições para a Câmara, mas mediante a divisão dos estados em distritos.

Pela proposta, o mesmo sistema seria aplicado nas eleições para deputados estaduais e distritais e vereadores, mas o texto atribui a cada Casa legislativa a delimitação da área dos distritos. A PEC 9/2015, de Reguffe (sem partido-DF), também institui o voto distrital puro. O relator das três propostas, Valdir Raupp (PMDB-RO), defende a aprovação da PEC 61/2007, de Valadares, com alterações.

## Parlamentarismo

A PEC 102/2015, de Valadares, que propõe a adoção do parlamentarismo no Brasil, também consta da pauta. Para o autor, o parlamentarismo favorecerá a resolução dos quadros de crises sem colocar em risco a estabilidade das instituições.

A PEC estabelece que o novo regime só será implantado após aprovação em referendo e a partir da posse do presidente da República eleito após a consulta popular. O relator, Roberto Rocha (PSB-MA), propõe a aprovação do texto na forma de um substitutivo.

## Servidores públicos

Servidor público estável pode passar a ser demitido por insuficiência de desempenho, se aprovado o PLS 116/2017 — Complementar, de Maria do Carmo Alves (DEM-RN). O relator, Lasier Martins (PSD-RS), recomenda a aprovação do projeto com alterações.

Durante o estágio probatório, de até três anos, já é possível a dispensa de servidor concursado por mau desempenho. Pelo projeto, a demissão por insuficiência de desempenho poderá ocorrer a qualquer tempo da vida funcional.

A redução da maioria penal também está na pauta, com quatro propostas de emenda à Constituição que tramitam em conjunto na CCJ. Uma delas é a PEC 33/2012, de Aloysio Nunes, que abre a possibilidade de punição de menores de 18 anos e maiores de 16 anos pela prática de crimes graves.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator, apresentou substitutivo pela aprovação do texto de Aloysio e rejeição das outras três PECs — a 74/2011, de Acir Gurgacz (PDT-RO); a 21/2013, de Alvaro Dias (Pode-PR); e a 115/2015, da Câmara.

Além dos crimes hediondos listados na Lei 8.072/1990, a redução da maioria seria cabível na prática de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e reincidência em roubo qualificado. Ao contrário do que estabelecia o texto de Aloysio, o relator decidiu excluir desse rol o crime de tráfico de drogas.

## Liberdade antecipada

Também integra a pauta da CCJ projeto que altera a Lei de Execução Penal para evitar a superlotação nos presídios.

De Renan Calheiros (PMDB-AL), o PLS 513/2013 prevê que, toda vez que o estabelecimento penal atingir a capacidade máxima, deve ser feito mutirão para verificar a situação dos presos. Se, ainda assim, a lotação não for normalizada, o detento que estiver mais próximo de cumprir a pena terá a liberdade antecipada.

# Congresso deve acelerar votação da PEC da reforma política para valer em 2018

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que a Casa fará o possível para votar a PEC 282/2016, que altera as regras para a campanha de 2018. A matéria foi aprovada em primeiro turno na Câmara na terça-feira. Para entrar em vigor a tempo das eleições de 2018, o texto precisa ser aprovado nas duas Casas até 7 de outubro.

— Quando o Congresso sabe que são importantes para a sociedade, essas matérias são votadas de imediato. Se a PEC voltar a tempo, nós vamos votar. Se ela vier sem tempo, vamos fazer sessões ordinárias e extraordinárias sábado, domingo e segunda-feira para que a gente cumpra o dever de casa para com o eleitor brasileiro — afirmou Eunício.

A proposta acaba com as coligações nas eleições proporcionais e estabelece cláusulas de desempenho para que os partidos tenham acesso ao dinheiro do Fundo Partidário e ao tempo de rádio e TV. Os deputados ainda precisam analisar destaques e votar a

proposta em segundo turno. Mas não há uma data definida para isso. É que os líderes dos partidos na Câmara fecharam um acordo para decidir antes sobre outra proposta que trata da reforma política: a PEC 77/2003, que cria um fundo público para o financiamento das eleições e muda as regras para a eleição de deputados e vereadores. Como sofreu mudanças na Câmara, o texto volta para o Senado, que deverá decidir se aceita as alterações

dos deputados ou se mantém o texto original (PEC 36/2016).

## Novas regras

A proposta aprovada na Câmara acaba com as coligações partidárias para a escolha de deputados estaduais e federais nas eleições de 2018. A proposta que saiu do Senado previa a mudança apenas para 2020. A PEC 282/2016 também estabelece que só terão acesso ao Fundo Partidário e à propaganda gratuita no rádio e

na TV as legendas que obtiverem 3% dos votos válidos nas eleições para a Câmara. Eles precisam estar distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas.

O relatório da deputada Shéridan (PSDB-RR) prevê uma alternativa, caso os partidos não obtenham esse desempenho: assegurar pelo menos 15 deputados, distribuídos em um terço das unidades da Fe-

deração. Esses critérios valem apenas a partir das eleições de 2030. Até lá, haverá regras de transição. Para as eleições de 2018, a PEC exige dos partidos 1,5% dos votos válidos ou a eleição de pelo menos nove deputados na Câmara. Para 2022, 2% dos votos válidos ou 11 deputados. Para 2026, 2,5% dos votos ou 13 deputados. As siglas que não alcançarem a cláusula de barreira — e tenham afinidade ideológica — podem se unir em federações. Se, juntas, alcançarem os critérios de desempenho, as legendas garantem o direito ao fundo e à propaganda no rádio e na TV.

## Fidelidade partidária

O texto também cria regras para a fidelidade partidária. Perde o cargo quem se desfiliar do partido pelo qual foi eleito. Mas haverá uma “janela” para a mudança de partido nas eleições de 2018, sem perda de mandato. O prazo é 2 de março, 30 dias antes da data-limite para a filiação dos candidatos.



A Câmara aprovou a PEC semana passada em primeiro turno, mas ainda falta uma votação naquela Casa



Paim (3° à dir.) conduz reunião da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, que ouviu debatedores como a ministra Delaíde Arantes (D)

## Lei trabalhista não vai se sobrepor à Constituição, diz ministra do TST

Em audiência, debatedores afirmaram que norma, que entra em vigor em novembro, está contaminada por inconstitucionalidades

MAIOR ALTERAÇÃO DA Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde sua criação, em 1943, a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), que passará a valer em 11 de novembro, poderá não ser aplicada exatamente como foi aprovada. Juízes, procuradores e advogados afirmaram durante uma audiência pública promovida ontem pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho que a norma está contaminada por inúmeras inconstitucionalidades e retrocessos.

Como a reforma trabalhista é uma lei ordinária, juízes afirmaram que ela não poderá se sobrepor aos direitos e garantias assegurados pela Constituição e tampouco violar convenções globais das quais o Brasil é signatário. Entre os pontos considerados inconstitucionais, está a prevalência do negociado sobre o legislado — princípio central da reforma —, que contrariaria o artigo 7º da Constituição na avaliação de participantes do debate.

— Fizemos um juramento de julgar e vamos aplicar a lei ordinária que aprovou a reforma trabalhista, mas não vamos aplicá-la isoladamente. É uma lei trabalhista que se insere à luz da proteção constitucional e à luz da legislação internacional — afirmou a ministra do Tribunal Superior do

Trabalho (TST) Delaíde Arantes.

Apresentado em dezembro pelo governo federal, o projeto de reforma levou sete meses para virar lei. Por se tratar de um tema complexo, a reforma trabalhista deveria ter passado por um debate mais amplo na opinião dos participantes do debate. O texto sofreu mudanças na Câmara dos Deputados, mas não foi modificado no Senado após um acordo com o Palácio do Planalto.

### Compromisso

Em carta lida pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), o presidente Michel Temer comprometeu-se a editar uma medida provisória para modificar alguns pontos da reforma, como a questão que envolve a não obrigatoriedade do imposto sindical e a permissão do trabalho de gestantes e lactantes em condições insalubres.

— Um projeto como esse não pode prescindir de debate amplo. Não é admissível que tenhamos um rito legislativo como tivemos nesta Casa — criticou o advogado trabalhista Luis Carlos Moro.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS), que conduziu a reunião, e Regina Sousa (PT-PI), que é presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), queixaram-se da pressão com que a base

governista levou o projeto a votação.

O procurador do Trabalho Helder Amorim condenou a possibilidade de trabalhadores e empregadores negociarem livre e diretamente seus interesses, de modo que a Justiça do Trabalho não possa anular acordos. Segundo ele, o negociado sobre o legislado ignora que o trabalhador é hipossuficiente, ou seja, é a parte mais frágil nas relações de trabalho:

— Trata-se de uma reforma que pode ser exterminadora dos direitos dos trabalhadores. São direitos que foram conquistados no longo processo histórico de afirmação dos direitos coletivos — argumentou.

Para Gabriela Delgado, professora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), é um mito afirmar que a reforma modernizará a legislação trabalhista:

— É uma grande falácia. Como se a autonomia da vontade dos contratos individuais pudesse garantir uma posição de maior proteção ao trabalhador.

Maximiliano Garcez, diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas, disse que o trabalhador, sem uma proteção minimamente adequada, será transformado em mercadoria durante o tempo de trabalho.

## Haddad, ex-titular do MEC, abre debate sobre continuação do Fundeb

A “Importância do Fundeb para o desenvolvimento regional” é o tema do encontro que marca o início do ciclo de debates sobre a continuidade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O debate está marcado para as 9h de hoje, na sala 7 da Ala Alexandre Costa, no Anexo 2 do Senado, com palestra do ex-ministro da Educação Fernando Haddad, que exerceu o cargo de julho de 2005 a janeiro de 2012.

Instituído em 2007, com vigência até 2020, o Fundeb destina-se a reunir recursos para a realização do atendimento de educação básica. Ele funciona em âmbito estadual, ou seja, cada estado tem o seu fundo.

A presidente da CDR, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), afirma que é urgente “tornar o Fundeb permanente e, sobretudo, proteger os recursos destinados à educação de contingências orçamentárias”. Por isso, ela defende a realização de debates em todo o país.

Para a senadora, a interrupção da vigência do fundo daqui a três anos “provocará uma grande desorganização no financiamento da educação básica”.

### PEC

Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) 24/2017, de autoria da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), vice-presidente da CDR, torna o Fundeb permanente e prevê o aumento da participação da União no investimento educacional. A PEC está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Fátima Bezerra é a relatora da proposta.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

### Para Paim, sistema previdenciário é viável sem reforma

A sociedade está muito preocupada com as frequentes denúncias de corrupção ocorridas no país, disse Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, o governo insiste em falar da reforma da Previdência, e o presidente Michel Temer e ministros parecem ignorar os casos de corrupção divulgados diariamente. Paim afirmou que o relatório final da CPI da Previdência vai provar que o sistema é viável, sem necessidade da reforma que tramita no Congresso.

— Para o que é preciso, vamos apresentar o caminho: mudar, melhorar, aperfeiçoar a gestão da Previdência. Quem deve para a Previdência terá que pagar — disse.

### Capiberibe: saída para crise está na participação popular

A descrença dos brasileiros com as instituições da República, em decorrência das crises econômica, política e ética, não se dá apenas no plano federal, mas se repete nos estados e municípios, disse João Capiberibe (PSB-AP).

— A partir da tecnologia digital, das redes sociais, é possível construir um projeto de lei, para debater a possibilidade de reaproximar o cidadão do Estado, dos entes públicos brasileiros, para que a gente recupere a coesão política e dê um salto adiante no desenvolvimento econômico, social e cultural do país.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Alvaro critica ataques contra atuação de Janot

Alvaro Dias (Pode-PR) lamentou “o aumento nas tentativas de desqualificar a atuação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot”. Segundo o senador, o objetivo é garantir a impunidade daqueles que participaram dos grandes escândalos de corrupção no país.

De acordo com Alvaro, é preciso fazer justiça ao desempenho do procurador no combate à corrupção, sendo importante para o sucesso da Operação Lava-Jato. O senador disse ainda que “será difícil desmentir o depoimento de Antonio Palocci ao juiz Sérgio Moro”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Medeiros condena explosão de violência no país

José Medeiros (Pode-MT) falou em Plenário sobre o aumento da violência no Brasil e disse que o Estado é ineficiente no setor. — Enquanto as tensões sociais se agudizam, o que acontece com o efetivo policial? Continua insuficiente, precário, mal equipado, mal pago e mal apoiado.

Ele apontou ainda o aumento da taxa de homicídios. O senador citou estudo que compara a situação do país à guerra da Síria, que causou mais de 256 mil mortes entre março de 2011 e novembro de 2015. No mesmo período, 279,6 mil pessoas foram assassinadas no Brasil.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Regina cobra investigação de massacre de índios

Regina Sousa (PT-PI) somou-se aos protestos da imprensa internacional contra as mortes de índios em comunidades isoladas no Amazonas. Ela afirmou que os crimes fazem parte do genocídio das populações indígenas e estão ligados ao ouro em suas terras. A senadora afirmou que os índios estão cada vez mais desprotegidos diante do “desmonte” da Funai e que o Ministério Público tem dificuldade para apurar as mortes numa área que é grande demais para ser fiscalizada.

— Fica difícil apurar, mas esperamos uma providência. O mundo está cobrando.



Jefferson Rudy/Agência Senado